Foster,Diana Greene. Gravidez indesejada: The Turnaway Study. Tradução de Mariana Mesquita e Ana Carolina Mesquita. Rio de Janeiro: Sextante; 2024. 336 p. ISBN 978-65-5564-803-4.

A realização de estudos empíricos rigorosos sobre aborto tornou-se particularmente relevante na contemporaneidade, não apenas pelo caráter politicamente polarizado do tema, mas sobretudo pela necessidade de compreender, com base em evidências, os impactos concretos das políticas de acesso ou restrição sobre a vida das mulheres. A literatura internacional tem demonstrado de forma consistente que contextos legais restritivos estão associados a piores desfechos de saúde, maior atraso no acesso ao cuidado, aumento de abortos inseguros e custos sociais e econômicos desproporcionais para mulheres em situação de vulnerabilidade, além de efeitos sistêmicos sobre os serviços de saúde e a realização de direitos humanos.[1]

No caso brasileiro, o debate recente sobre propostas de ampliação da criminalização do aborto tem suscitado preocupações quanto aos seus potenciais efeitos sobre a saúde das mulheres, as desigualdades raciais e socioeconômicas e a autonomia reprodutiva, reforçando a importância de análises baseadas em dados para orientar o debate público e as decisões políticas.[2]

Nesse cenário, pesquisas que mensuram consequências reais, e não apenas pressupostos normativos ou argumentos ideológicos, tornam-se fundamentais para informar o debate público e orientar políticas baseadas em evidências, especialmente em contextos marcados por disputas morais, jurídicas e políticas intensas sobre a autonomia reprodutiva das mulheres.

É precisamente a essa demanda por evidências que o livro *Gravidez indesejada: The Turnaway Study*, de Diana Greene Foster, responde, ocupando hoje um lugar singular na literatura científica contemporânea sobre aborto.[3] Trata-se de uma síntese rigorosa e acessível de um dos estudos empíricos mais robustos já conduzidos para responder, com base em evidências sistemáticas, a uma questão frequentemente permeada por disputas ideológicas: quais são os efeitos sobre a vida das mulheres que conseguem interromper uma gravidez indesejada em comparação com aquelas que são impedidas de fazê-lo?

O chamado *Turnaway Study* é um estudo longitudinal, multicêntrico e prospectivo, que acompanhou cerca de mil mulheres ao longo de cinco anos em diferentes partes dos Estados Unidos. A originalidade metodológica do desenho é tão importante quanto seus resultados. A partir de uma lógica de avaliação de impacto, o estudo permitiu estimar, com elevado grau de robustez metodológica, associações consistentes com efeitos causais do acesso, ou da negação do acesso, ao aborto.

Ao invés de comparar mulheres que abortaram com mulheres que nunca engravidaram ou que desejavam engravidar, comparações enviesadas desde a origem, Foster e sua equipe contrastaram grupos semelhantes: mulheres que buscaram aborto em clínicas especializadas e que, por estarem logo abaixo do limite gestacional permitido, conseguiram realizar o procedimento, e mulheres que, por ultrapassarem esse limite por poucos dias ou semanas, tiveram o aborto negado. Essa estratégia quase experimental, rara em pesquisas nessa área, permitiu reduzir de forma substancial vieses de seleção e aproximar-se de inferências causais mais sólidas, como detalhado nos artigos metodológicos e analíticos derivados do estudo.[1,4-6]

O livro organiza, em linguagem clara e cuidadosamente fundamentada, os achados de mais de cinquenta artigos científicos publicados a partir do *Turnaway Study*.[3] Diana Foster conduz o leitor por temas centrais: saúde mental, saúde física, condições socioeconômicas, relações familiares, violência, maternidade subsequente e bem-estar ao longo do tempo. Em cada um deles, a autora apresenta uma história real e desmonta, ponto a ponto, narrativas amplamente difundidas no debate público, muitas vezes repetidas como verdades autoevidentes, mas sustentadas por evidência frágil ou inexistente.

Um dos mitos mais persistentes, e politicamente instrumentalizados, sobre o aborto é o de que mulheres que interrompem uma gravidez inevitavelmente experimentam arrependimento profundo e sofrimento psicológico duradouro. O *Turnaway Study*, ao oferecer dados longitudinais, comparativos e baseados em evidências, não sustenta a hipótese de aumento médio de sofrimento psicológico duradouro frequentemente associada ao aborto. No estudo, a maioria das mulheres que conseguiu abortar relatou, ao longo do acompanhamento, que a decisão foi correta para suas vidas naquele momento, e eventuais emoções negativas tenderam a diminuir com o tempo, sem evidências de aumento de depressão, ansiedade, estresse pós-traumático ou ideação suicida em comparação com aquelas que tiveram o aborto negado ao longo do acompanhamento quando comparadas às mulheres que tiveram o aborto negado.[4,5]

Este é um artigo publicado em acesso aberto (*Open Access*) sob a licença *Creative Commons Attribution*, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições, desde que o trabalho original seja corretamente citado.

https://doi.org/10.1590/1806-9304202600000321

Em contraste, as mulheres impedidas de abortar apresentaram consequências significativamente mais adversas, incluindo maior probabilidade de permanecer em relações abusivas, piora das condições econômicas, aumento da insegurança alimentar, maior dependência de redes de apoio precárias e impactos negativos na saúde física, com mais complicações associadas à gravidez e ao parto.[3,6] Esses achados oferecem evidências que não apoiam a hipótese de que a continuidade compulsória da gestação produza melhores resultados para as mulheres, evidenciando que a negação do acesso ao aborto pode estar associada a desfechos sociais e de saúde menos favoráveis em diversas dimensões.

Outro mérito do livro é deslocar o foco do debate do plano abstrato e moralizante para a materialidade das consequências do acesso ao aborto na vida das mulheres. Foster mostra que decisões reprodutivas não ocorrem no vácuo; elas são condicionadas socialmente e estão inseridas em contextos de pobreza, racismo estrutural, desigualdade de gênero, acesso limitado a serviços de saúde e redes de apoio frágeis. Nesse sentido, os resultados do *Turnaway Study* sugerem que a negação do aborto não elimina situações de vulnerabilidade preexistentes e pode estar associada à sua persistência ou agravamento em determinados contextos.[3,6] Esse ponto é particularmente relevante para realidades como a brasileira, onde o aborto inseguro segue sendo uma causa relevante de morbidade e mortalidade, e onde as restrições legais afetam desproporcionalmente mulheres pobres, negras e jovens.

Do ponto de vista metodológico, o livro constitui uma demonstração exemplar de rigor científico. Foster discute de forma transparente limitações como perdas de seguimento, potenciais vieses residuais e os desafios éticos e logísticos de conduzir um estudo longitudinal ao longo de uma década em um tema sensível. Essa transparência fortalece a credibilidade dos achados e contribui para explicar sua ampla influência em pareceres técnicos, decisões judiciais e diretrizes de saúde pública.[3] Embora o *Turnaway Study* seja reconhecido como uma investigações robustas sobre o tema, seus resultados devem ser interpretados à luz de algumas limitações. Entre os pontos metodológicos em discussão estão possíveis impactos das perdas de seguimento ao longo do tempo, questões relacionadas à representatividade da amostra e limites à generalização dos resultados para outros contextos nacionais. Foster aborda parte dessas questões ao longo do livro e argumenta que elas não alteram substancialmente os principais achados do estudo. Além disso, os dados foram produzidos no contexto institucional, jurídico e social dos Estados Unidos, o que recomenda cautela na extrapolação direta dos resultados para outros países. Ainda assim, o desenho longitudinal e comparativo do estudo oferece evidências importantes para compreender as consequências associadas ao acesso ou à negação do aborto. Algumas críticas mais recentes ao estudo também foram alvo de controvérsias metodológicas, incluindo a retratação de um artigo que questionava o estudo por problemas identificados no processo editorial e na consistência empírica de suas conclusões.[7]

O *Turnaway Study* evidencia como questões socialmente controversas podem, e devem, ser investigadas com rigor metodológico, sem recorrer a retórica ou análises reducionistas de questões científicas complexas. Os artigos derivados mostram de forma consistente que é possível produzir impacto científico e social com base em evidências robustas, sem exageros ou linguagem alarmista, desmontando narrativas politicamente convenientes que não encontram respaldo empírico.[4-6]

Como resenha, este texto não substitui a leitura do livro, mas procura situá-lo em seu devido lugar: uma obra que transcende o debate sobre aborto e inscreve-se na história da saúde pública, da avaliação de impacto em saúde, da epidemiologia social e da pesquisa baseada em direitos.[3] Ao questionar a hipótese amplamente difundida de que o arrependimento seja uma consequência predominante entre mulheres que realizam aborto e ao documentar associações consistentes entre a negação do aborto e desfechos menos favoráveis observados ao longo do acompanhamento das mulheres, Diana Foster combina produção de evidência científica robusta com um chamado à honestidade intelectual na interpretação e no uso dos dados em debates públicos sensíveis.

Em tempos de desinformação ativa, em que argumentos falsos circulam com rapidez e aparência de verdade, *The Turnaway Study* cumpre uma função essencial ao reafirmar que políticas públicas devem ser informadas pelo melhor conjunto de evidências disponíveis, especialmente em temas marcados por intensa controvérsia social, moral e política. Para pesquisadores, profissionais de saúde e formuladores de políticas, trata-se de uma leitura altamente relevante. Para o debate público, representa um marco importante na produção de conhecimento sobre aborto.[1-6]

Contribuição dos autores

Fernandez M: concepção do texto, redação e revisão do manuscrito. Amorim MMR: concepção do texto e redação do manuscrito. Todas as autoras aprovaram a versão final do artigo e declaram não haver conflito de interesse.

Referências

1. Londras F, Cleeve A, Rodriguez MI, Farrell A, Furgalska M, Lavelanet A. The impact of criminalisation on abortion-related outcomes: a synthesis of legal and health evidence. BMJ Glob Health. 2022; 7 (12): e010409. doi: 10.1136/bmjgh-2022-010409

2. Fernandez M, Fernandes LMM, Amorim MMR. Total criminalisation of abortion is a threat to sexual and reproductive health in Brazil. BMJ. 2025; 388: r52. doi: 10.1136/bmj.r52

3. Foster DG. Gravidez indesejada: The Turnaway Study. Rio de Janeiro: Sextante; 2024.

4. Biggs MA, Upadhyay UD, McCulloch CE, Foster DG. Women's mental health and well-being 5 years after receiving or being denied an abortion: a prospective, longitudinal cohort study. JAMA Psychiatry. 2017; 74 (2):169-78. doi: 10.1001/jamapsychiatry.2016.3478

5. Rocca CH, Samari G, Foster DG, Gould H, Kimport K. Emotions and decision rightness over five years following an abortion: an examination of decision difficulty and abortion stigma. Soc Sci Med. 2020; 248: 112704. doi: 10.1016/j.socscimed.2019.112704

6. Ralph LJ, Schwarz EB, Grossman D, Foster DG. Self-reported Physical Health of Women Who Did and Did Not Terminate Pregnancy After Seeking Abortion Services: A Cohort Study. Ann Intern Med. 2019; 171 (4): 238-47. doi: 10.7326/M18-1666

7. Frontiers Editorial Office. Retraction: The turnaway study: a case of self-correction in science upended by political motivation and unvetted findings. Front Psychol. 2022; 13: 1130026. doi: 10.3389/fpsyg.2022.1130026

Recebido em 16 de Junho de 2026
Aprovado em 31 de Julho de 2026

Editor Associado: Alex Souza

Michelle Fernandez [1]
http://orcid.org/0000-0003-0224-0991

Melania Maria Ramos Amorim [2,3]
http://orcid.org/0000-0003-1047-2514

[1] Instituto de Ciência Política. Universidade de Brasília. UNB Área 1, Asa Norte. Brasília, DF, Brasil. CEP: 70.904-970. E-mail: michelle.vfernandez@gmail.com
[2] Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande, PB, Brasil.
[3] Instituto de Medicina Integral Prof. Fernando Figueira (IMIP). Recife, PE, Brasil.